

Fake News e Comunicação Política em contextos locais: Um estudo das eleições municipais de 2024 em Santa Luzia – PB

Maria do Desterro Medeiros¹

Rodolpho Raphael de Oliveira Santos²

Resumo

O artigo analisa a influência das fake news nas eleições municipais de 2024 em Santa Luzia–PB, partindo do pressuposto de que, embora a desinformação seja um fenômeno global, ela assume configurações específicas em contextos locais, ancoradas em redes de confiança e vínculos afetivos. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, e tem como corpus empírico postagens públicas veiculadas no Instagram, conteúdos compartilhados em grupos locais de WhatsApp durante o período oficial da campanha eleitoral, bem como entrevistas semiestruturadas com eleitores, candidatos e comunicadores locais. Os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo e triangulação metodológica entre fontes documentais, empíricas e bibliográficas. Os resultados indicam que a circulação de notícias falsas impactou a formação da opinião pública, restringiu o debate democrático e favoreceu práticas de ataque simbólico, além de evidenciar fragilidades na resposta institucional e percepções ambíguas por parte do eleitorado. Conclui-se que o enfrentamento da desinformação exige a compreensão das dinâmicas socioculturais locais, superando soluções exclusivamente técnicas ou normativas.

215

Palavras-chave: *Fake News*; Desinformação Digital; Eleições Municipais; Esfera Pública; Comunicação Política.

Abstract

This article analyzes the influence of fake news on the 2024 municipal elections in Santa Luzia, Paraíba, Brazil, based on the assumption that although disinformation is a global phenomenon, it acquires specific characteristics in local contexts, anchored in networks of trust and affective ties. The study adopts a qualitative, exploratory, and descriptive

¹ Possui Licenciatura em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Especialista em Educação Básica pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos Legislativos da Escola do Legislativo da Paraíba – ELEGIS – PB. E-mail: mary.medeiros67@gmail.com

² Mestre em Computação, Comunicação e Artes com linha de Pesquisa em Mídias em Ambientes Digitais pela Universidade Federal da Paraíba, UFPB, João Pessoa. Pós-Graduado em Administração Pública pela Faculdade Alfa do Brasil; Mídias Digitais, Comunicação e Mercado pelo Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos, CESREI, Didática no Ensino Superior (FMU – Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas); ABA – Análise do Comportamento Aplicada pela Faculdade Conexão, Belo Horizonte; Bacharel em Comunicação Social (Universidade Estadual da Paraíba, UEPB); Bacharel e Licenciado em Filosofia; Bacharel em Administração pela FAMAR; Bacharel em Teologia e Licenciado em História pela Uninter Centro Universitário. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Estudos Legislativos da Escola do Legislativo da Paraíba – ELEGIS – PB. E-mail: rprofessorpb@gmail.com

approach. The empirical corpus consists of public posts published on Instagram, content shared in local WhatsApp groups during the official electoral campaign period, and semi-structured interviews conducted with voters, candidates, and local communicators. Data were examined through content analysis and methodological triangulation involving documentary, empirical, and bibliographic sources. The findings indicate that the circulation of false information influenced public opinion formation, constrained democratic debate, and fostered symbolic attacks, while also revealing institutional fragilities and ambiguous perceptions among the electorate. The study concludes that effectively addressing disinformation requires an understanding of local sociocultural dynamics, going beyond approaches limited to purely technical or regulatory solutions.

Keywords: Fake News; Digital Disinformation; Municipal Elections; Public Sphere; Political Communication.

Introdução

O fenômeno das fake news (desinformação) consolidou-se como um dos principais desafios das democracias contemporâneas, sobretudo em períodos eleitorais, quando a disputa por narrativas se intensifica e a circulação de informações falsas alcança maior impacto social e político. No Brasil, esse debate assume relevância particular diante da ampliação do acesso à internet e do protagonismo das redes digitais como espaços centrais de socialização política, comunicação interpessoal e mobilização coletiva (RECUERO, 2020; GOMES, 2021). Nesse contexto, a desinformação não deve ser compreendida como mero erro informacional ou falha comunicativa, mas como estratégia deliberada de manipulação simbólica, orientada a moldar percepções, influenciar escolhas eleitorais e fragilizar a esfera pública democrática.

216

GOMES (2021) denomina esse cenário de “era da pós-verdade”, marcada pela perda da centralidade dos fatos em favor de narrativas emocionais e afetivas, frequentemente fabricadas e instrumentalizadas para atender a interesses políticos específicos. Essa condição é potencializada pela sociedade em rede, descrita por CASTELLS (2013), caracterizada por fluxos informacionais descentralizados, acelerados e de difícil controle pelas instituições tradicionais, como a imprensa profissional. Nesse ambiente, a credibilidade das mensagens tende a ser assegurada menos pela checagem jornalística e mais pela validação afetiva e pela confiança interpessoal, fragilizando a capacidade coletiva de distinguir entre verdade e falsidade.

Em contextos locais, esse fenômeno adquire contornos ainda mais específicos. Santa Luzia, município localizado na região do sertão paraibano, possui código IBGE

2513406 e população de 14.959 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022, distribuídos em uma área territorial de 440,766 km², com densidade demográfica de 33,94 hab./km² (IBGE, 2024). A sede municipal localiza-se aproximadamente nas coordenadas latitude -6,872 e longitude -36,919. Trata-se de um território marcado por densas redes de sociabilidade, estruturadas a partir de vínculos familiares, comunitários, religiosos e econômicos, que exercem influência direta sobre a dinâmica política local.

Como observa Gohn (2009), em cidades de pequeno porte, as redes de comunicação popular desempenham papel central na circulação de discursos e práticas políticas, pautando-se mais na oralidade e na confiança interpessoal do que em canais institucionais formais. Alonso (2017) reforça que, em territórios interioranos, a política é vivida no cotidiano, na proximidade entre candidatos e eleitores e no diálogo informal estabelecido em espaços comunitários, como igrejas, associações e feiras livres. Essas características tornam a circulação de informações — verdadeiras ou falsas — particularmente sensível às relações de pertencimento e reconhecimento social.

Essa especificidade exige atenção ao papel da esfera pública em contextos periféricos. Habermas (1984) define a esfera pública como um espaço de deliberação racional e crítica, no qual os cidadãos discutem coletivamente os rumos da sociedade. Contudo, Fraser (1992) problematiza essa concepção idealizada ao demonstrar que as esferas públicas são múltiplas, fragmentadas e atravessadas por assimetrias de poder. Em municípios como Santa Luzia–PB, a esfera pública assume configuração híbrida, articulando formas tradicionais de comunicação — como conversas presenciais, rádio local e encontros comunitários — a circuitos digitais, especialmente WhatsApp e Instagram. Essa combinação amplia, simultaneamente, as possibilidades de circulação democrática de ideias e os riscos de difusão descontrolada da desinformação.

Compreender como as fakes news impactam eleições locais torna-se, portanto, fundamental não apenas para a análise acadêmica, mas também para o fortalecimento da democracia em territórios interioranos. A experiência das eleições municipais de 2024 em Santa Luzia–PB configura-se como um caso emblemático, uma vez que conteúdos falsos circularam intensamente em redes privadas e públicas, interferindo na formação da opinião política e desafiando os mecanismos institucionais de resposta. Parte-se, assim, da hipótese de que a desinformação, embora global em sua lógica de

funcionamento, assume feições específicas em ecossistemas locais, ao se articular a vínculos afetivos e redes de confiança que dificultam sua contenção.

O objetivo deste estudo é analisar de que modo a desinformação digital se inseriu na disputa política local, influenciando o debate público, os posicionamentos eleitorais e a percepção da legitimidade democrática no município de Santa Luzia–PB. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, combinando revisão bibliográfica, análise documental de conteúdos digitais e entrevistas semiestruturadas com atores locais envolvidos no processo eleitoral.

O corpus empírico compreendeu postagens públicas veiculadas em perfis do Instagram, bem como conteúdos compartilhados em grupos de WhatsApp, coletados durante o período da campanha eleitoral de 2024.

A análise dos dados baseou-se na análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), articulada por meio de triangulação entre fontes teóricas, documentais e empíricas, com vistas a garantir maior robustez interpretativa. Espera-se, assim, que os resultados contribuam para a compreensão crítica das práticas de comunicação política em contextos periféricos e ofereçam subsídios para estratégias de enfrentamento às fake news sensíveis às especificidades socioculturais das pequenas cidades brasileiras.

218

1. A Esfera Pública e a Opinião Política

O conceito de esfera pública é fundamental para compreender a dinâmica da comunicação política, sobretudo quando se analisa a disseminação de *fake news* em contextos locais. Em sua obra clássica *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Habermas (1984) define esse espaço como locus da deliberação racional, no qual cidadãos, livres de coerções externas, debatem assuntos de interesse coletivo e formam opinião pública. Nesse modelo normativo, a legitimidade democrática estaria associada à capacidade do debate público de se orientar pela argumentação crítica e pela busca de consensos racionais.

Entretanto, a perspectiva habermasiana enfrenta limites quando confrontada com a realidade social. Fraser (1992) critica a concepção idealizada de uma esfera pública única e homogênea, argumentando que ela é atravessada por desigualdades sociais, assimetrias de poder e exclusões históricas. Para a autora, a análise deve

reconhecer a existência de múltiplas esferas públicas ou *counterpublics*, formadas por grupos subalternizados que constroem espaços paralelos de deliberação em contraposição ao discurso dominante. Essa crítica amplia a compreensão do fenômeno em contextos locais, nos quais vozes dissidentes encontram resistência para se afirmar em arenas políticas oficiais, mas conseguem circular com força em redes comunitárias, grupos religiosos e plataformas digitais.

Na contemporaneidade, esse quadro torna-se ainda mais complexo diante da ascensão da chamada sociedade em rede, descrita por Castells (2013). A descentralização e a aceleração dos fluxos informacionais, mediadas por plataformas digitais, desafiam a capacidade das instituições tradicionais — como o Estado e a imprensa — de controlar a circulação de informações. Como consequência, a opinião pública passa a se formar não apenas nos meios convencionais, mas também em grupos privados de WhatsApp, páginas de Instagram, perfis anônimos em redes sociais e até mesmo em interações informais do cotidiano. Esse processo amplia a diversidade de vozes em circulação, mas, ao mesmo tempo, fragiliza os mecanismos de verificação, ampliando a vulnerabilidade à desinformação.

219

O caso de Santa Luzia—PB exemplifica de forma clara essa dinâmica híbrida. A esfera pública local articula práticas tradicionais de comunicação — como a oralidade, as conversas em feiras, igrejas e associações — com as interações digitais, que intensificam a velocidade e o alcance da circulação de mensagens. Gohn (2009) observa que, em territórios interioranos, a oralidade e a confiança interpessoal desempenham papel estruturante na formação da opinião política, uma vez que a legitimidade da informação não depende prioritariamente de sua verificação objetiva, mas da credibilidade de quem a transmite. Esse traço sociocultural cria um terreno fértil para as *fake news*, já que conteúdos falsos passam a ser validados pelo simples fato de serem compartilhados por pessoas de prestígio ou confiança na comunidade.

Esse processo também pode ser interpretado à luz da reflexão de Thompson (1998), que argumenta que a mídia não apenas transmite informações, mas organiza relações de poder simbólico, privilegiando determinados discursos em detrimento de outros. Em cidades pequenas, essa dimensão simbólica se intensifica pela proximidade social: líderes religiosos, comunitários ou políticos locais atuam como mediadores e

validadores das narrativas em circulação, reforçando ou deslegitimando conteúdos de acordo com seu prestígio social. Nesse cenário, a desinformação se fortalece quando endossada por figuras de autoridade reconhecidas pela comunidade.

Portanto, a formação da opinião política em Santa Luzia–PB não pode ser compreendida apenas a partir da lógica habermasiana da racionalidade comunicativa. Trata-se de um processo atravessado por afetos, identidades e redes de pertencimento, dimensões que, conforme Recuero (2020), estruturam as interações nas mídias digitais. O compartilhamento de informações, assim, não obedece estritamente a critérios de veracidade factual, mas a dinâmicas de confiança e reconhecimento social. Essa lógica explica em grande medida o impacto das *fake news*: sua força não deriva da verificação, mas da legitimidade atribuída por atores próximos e reconhecidos no círculo de relações sociais.

Compreender a esfera pública local implica, assim, reconhecer sua pluralidade, fragmentação e vulnerabilidade diante da desinformação. Santa Luzia–PB, como outras cidades de pequeno porte, evidencia que a opinião política não é construída apenas em arenas institucionais, mas também — e de forma decisiva — pela circulação de mensagens em espaços digitais e comunitários, onde a confiança interpessoal pode se sobrepor à veracidade dos fatos.

Nesse sentido, o estudo da esfera pública em contextos locais demanda uma abordagem analítica que vá além da normatividade habermasiana, articulando as críticas de Fraser (1992), a noção de redes de Castells (2013) e a leitura da cultura política local proposta por autores brasileiros como Gohn (2009) e Alonso (2017).

2. Desinformação como estratégia Política Digital

A disseminação de informações falsas não é um fenômeno recente, mas assume contornos singulares no ambiente digital. O que antes circulava em meios impressos ou pela oralidade encontra hoje nas plataformas sociais uma infraestrutura técnica que potencializa a velocidade, o alcance e a persistência das mensagens.

Nesse cenário, a desinformação deixa de ser um acidente ou falha informacional e passa a configurar-se como estratégia política deliberada, voltada para manipular

afetos, percepções e comportamentos eleitorais (Wardle; Derakhshan, 2017; Gomes, 2021).

De acordo com Gomes (2021), a desinformação constitui elemento estruturante da chamada política da pós-verdade, caracterizada pela centralidade das narrativas emotivas em detrimento dos fatos objetivos.

Essa condição não se limita a uma crise do jornalismo ou das práticas de checagem, mas reflete uma mudança estrutural na forma como os cidadãos se relacionam com a informação. Recuero (2020) demonstra que a circulação de notícias falsas nas redes digitais está profundamente enraizada em redes de confiança e laços afetivos, de modo que o critério de veracidade cede espaço ao critério de pertencimento: compartilha-se não porque a informação é verdadeira, mas porque reforça identidades e vínculos sociais.

Essa dinâmica pode ser compreendida a partir do conceito de “desordem informacional” formulado por Wardle; Derakhshan (2017), que distingue três dimensões: *misinformation* (informação equivocada sem intenção de enganar), *disinformation* (informação falsa criada com intenção manipulativa) e *malinformation* (informação verdadeira usada de forma distorcida ou descontextualizada). No campo político, a *disinformation* mostra-se especialmente potente, pois funciona como arma simbólica, explorando vulnerabilidades cognitivas e emocionais dos eleitores. Taddeo e Floridi (2018) ampliam esse diagnóstico ao interpretar a desinformação como parte de uma “guerra da informação” no espaço digital, na qual atores políticos utilizam técnicas sofisticadas para minar a confiança pública e fragilizar instituições democráticas.

O caso das eleições municipais de 2024 em Santa Luzia–PB ilustra de maneira clara esse processo. A desinformação constituiu uma estratégia central, mobilizando tanto a infraestrutura digital quanto as redes comunitárias locais. Durante a campanha, perfis anônimos em plataformas como Instagram e WhatsApp difundiram ataques personalizados contra o candidato Henry Lira. Conteúdos manipulados, como *deepfakes* e montagens visuais, viralizaram em poucas horas. De acordo com a imprensa local (Polêmica Paraíba, 2024), perfis falsos como @henryquecheira e @santaluziaverdades

foram alvo de investigação pela Justiça Eleitoral e pela Polícia Federal por prática sistemática de disseminação de *fake news*.

O episódio confirma empiricamente a instrumentalização da mentira digital em microcontextos políticos, nos quais a proximidade social entre atores amplia os efeitos simbólicos da desinformação.

Esse impacto é potencializado pela lógica algorítmica das plataformas digitais. PARISER (2011) descreve o fenômeno das “bolhas de filtro”, em que algoritmos reforçam preferências prévias e reduzem o contato com opiniões divergentes. Em Santa Luzia–PB, essa dinâmica intensificou a circulação de conteúdos falsos sobre corrupção, moralidade e religião em grupos de WhatsApp comunitários e familiares, fortalecendo sua capacidade persuasiva em ecossistemas fechados e pouco permeáveis à crítica.

A eficácia da desinformação, contudo, não se limita ao aspecto técnico; ela está intrinsecamente ligada à sua dimensão simbólica. Como destacam Singer e Friedman (2014), tais conteúdos mobilizam emoções como medo, raiva e desconfiança, ao mesmo tempo em que fragilizam adversários políticos e desestabilizam o debate democrático.

222

No caso analisado, os ataques exploraram estereótipos locais e símbolos religiosos, demonstrando como a mentira pode ser moldada para dialogar com repertórios culturais específicos. Essa personalização torna a refutação ainda mais difícil, uma vez que a mensagem não é apenas informativa, mas expressão de identidade coletiva.

Assim, compreender a desinformação como estratégia política digital exige uma abordagem multidimensional, que articule: o papel dos algoritmos e das plataformas (PARISER, 2011), a lógica das redes de confiança (Recuero, 2020), a manipulação simbólica dos afetos (Gomes, 2021) e a instrumentalização da mentira como arma política (Taddeo; Floridi, 2018). O caso de Santa Luzia–PB demonstra que, mesmo em municípios de pequeno porte, a desinformação não se apresenta como acidente, mas como recurso calculado de disputa de poder, adaptado às dinâmicas comunitárias e capaz de fragilizar a deliberação democrática.

3. Micropolítica, comunidades e comunicação local

A compreensão da política em cidades de pequeno porte exige uma abordagem que vá além das estruturas institucionais e das análises de caráter macro. Nesse sentido, o conceito de micropolítica revela-se fundamental. James Scott (1985), em sua obra clássica *Weapons of the Weak*, destaca que a política não se limita às grandes arenas decisórias ou às instituições formais, mas se materializa nas práticas cotidianas, nos discursos informais e nas formas simbólicas de resistência.

A micropolítica, portanto, refere-se às relações de poder e disputa que se desenvolvem em espaços aparentemente banais — como ruas, feiras e vizinhanças — mas que são decisivos para a constituição da vida política local.

Em cidades como Santa Luzia–PB, com pouco mais de 15 mil habitantes, a política é vivida de maneira direta, no contato cotidiano entre candidatos e eleitores. Esses encontros ocorrem em estabelecimentos comerciais, praças públicas, feiras e reuniões comunitárias, o que confere centralidade à proximidade social. Nesse contexto, a circulação de informações — verdadeiras ou falsas — está ancorada em redes de confiança interpessoal, nas quais vínculos de parentesco, amizade e vizinhança funcionam como mediadores privilegiados do discurso político.

223

Como observa Gohn (2009), em territórios interioranos, a oralidade e a comunicação comunitária estruturam formas próprias de circulação discursiva, em que a legitimidade da informação deriva menos da checagem jornalística e mais do reconhecimento social de quem a transmite.

Essa característica confere um poder simbólico particular às *fake news* quando inseridas em ambientes locais. O que circula em um grupo de WhatsApp de bairro ou em uma conversa de calçada adquire força não apenas pelo conteúdo, mas pela autoridade relacional de quem compartilha. Recuero (2020) aponta que, em ambientes digitais, a credibilidade é frequentemente construída sobre laços afetivos e não sobre critérios factuais.

Assim, quando comerciantes respeitados, vizinhos ou lideranças comunitárias disseminam mensagens falsas, estas tendem a ser aceitas como verdadeiras. Essa lógica ajuda a compreender o impacto da desinformação em Santa Luzia–PB, que se entrelaçou às redes comunitárias pré-existentes, amplificando seu alcance e eficácia.

Outro elemento central da micropolítica local é a presença constante de candidatos e atores políticos no cotidiano da população. Diferentemente das grandes cidades, onde a política pode parecer distante, em municípios pequenos os eleitores acompanham de perto a trajetória de vida e o envolvimento comunitário de seus representantes. Esse contato direto reforça a dimensão personalista da política local, tornando ainda mais potente a disseminação de conteúdos falsos, rapidamente apropriados pelas redes de vizinhança e discutidos como “verdades” evidentes.

A comunicação local, nesse sentido, não pode ser analisada apenas em sua dimensão técnica, mas precisa ser entendida em sua dimensão sociocultural. Castells (2013) ressalta que, na sociedade em rede, o poder se exerce por meio da capacidade de moldar fluxos comunicacionais e construir significados. Em Santa Luzia–PB, esse poder não está concentrado apenas em partidos e candidatos, mas distribuído entre atores comunitários que funcionam como nós de circulação informacional — comerciantes, comunicadores populares, lideranças de bairro. Plataformas como WhatsApp e Instagram não criam redes do zero; elas ampliam e intensificam redes já existentes, funcionando como extensões digitais de vínculos comunitários consolidados.

224

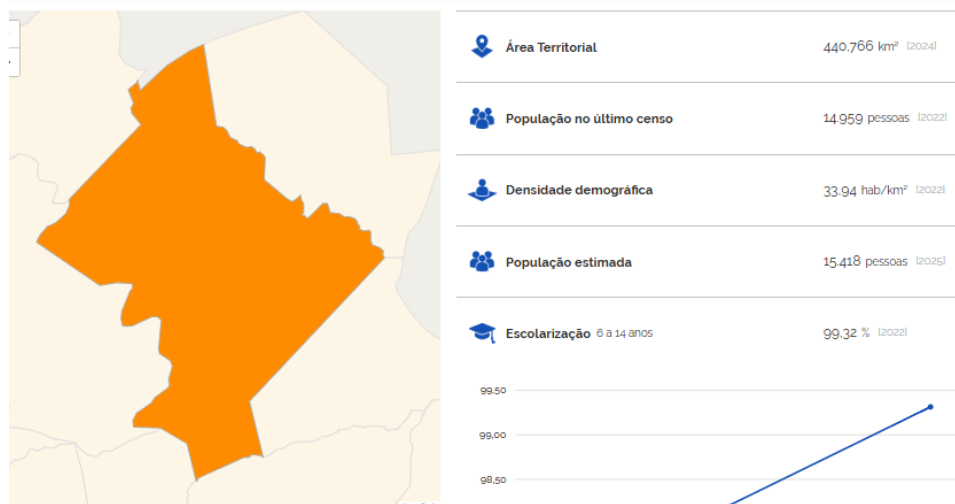
Essa articulação entre micropolítica e redes digitais cria um terreno fértil para a desinformação. Os conteúdos falsos não circulam de maneira anônima ou distante, mas são inseridos nas tramas cotidianas da vida comunitária, em que as fronteiras entre público e privado, verdade e mentira, formal e informal tornam-se difusas. THOMPSON (1998) observa que a comunicação mediada reconfigura relações de poder simbólico, permitindo que mensagens digitais ganhem ressonância no espaço presencial. Em Santa Luzia–PB, esse movimento se materializou quando vídeos manipulados e perfis falsos repercutiram em feiras e praças, transformando-se em “verdades” socialmente aceitas.

4. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo foi definida em função da natureza do objeto de investigação, centrado na circulação de fake news (desinformação) durante as eleições municipais de 2024 em Santa Luzia–PB. Para assegurar maior precisão empírica e adequada contextualização territorial do estudo de caso, foram utilizados dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à

população, área territorial e densidade demográfica do município, conforme ilustrado na Figura 1, que apresenta o recorte cartográfico e os principais indicadores demográficos de Santa Luzia–PB.

Figura 1 – Caracterização territorial e indicadores demográficos do município de Santa



Fonte: IBGE, 2025.

Por se tratar de um fenômeno social e comunicacional enraizado no cotidiano local, optou-se por uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. Conforme destacam Bauer e Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa mostra-se adequada para captar nuances de sentido, interpretar discursos e compreender fenômenos complexos em seus contextos específicos, condição indispensável para analisar como a desinformação se articula às redes de confiança e às práticas de comunicação política em cidades de pequeno porte.

A investigação foi estruturada em três movimentos metodológicos interdependentes: (1) revisão bibliográfica; (2) análise documental; e (3) realização de entrevistas semiestruturadas. A revisão bibliográfica concentrou-se em autores que discutem a esfera pública, a comunicação digital e os processos de desinformação, como Habermas (1984), Fraser (1992), Castells (2013), Recuero (2020), Gomes (2021) e Scott (1985). Esse referencial teórico forneceu suporte interpretativo para os dados empíricos, permitindo articular o caso local aos debates contemporâneos sobre democracia, esfera pública e comunicação política.

Na etapa de análise documental, foram examinadas postagens públicas veiculadas em redes sociais digitais, especialmente perfis e páginas do Instagram associados a candidatos, apoiadores e atores políticos locais, bem como conteúdos compartilhados em grupos de WhatsApp durante o período oficial da campanha eleitoral, compreendido entre agosto e outubro de 2024. O acesso aos conteúdos do WhatsApp ocorreu por encaminhamento voluntário de participantes da pesquisa, oriundos de grupos locais de discussão política, respeitando-se integralmente a preservação do anonimato, a não identificação de números telefônicos e a exclusão de dados sensíveis. O recorte documental priorizou conteúdos relacionados à disseminação de informações falsas, ataques simbólicos, narrativas deslegitimadoras e estratégias de mobilização emocional no debate eleitoral.

O tratamento do material documental seguiu os procedimentos da análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), contemplando as etapas de pré-análise, exploração do material, categorização e interpretação dos resultados. As categorias analíticas foram definidas a partir do diálogo entre o referencial teórico e o corpus empírico, destacando-se: (a) ataques personalizados a candidatos ou grupos políticos; (b) uso de conteúdos manipulados ou descontextualizados, incluindo deepfakes; (c) apelos emocionais e afetivos como estratégia persuasiva; e (d) narrativas de deslegitimação simbólica de atores e instituições. A codificação foi realizada de forma sistemática, com registro de exemplos representativos para cada categoria.

226

A etapa de campo consistiu na realização de 12 entrevistas semiestruturadas, conduzidas entre agosto e outubro de 2024, com eleitores, candidatos e comunicadores locais, selecionados por amostragem intencional, de modo a contemplar diversidade de gênero, faixa etária, escolaridade e posicionamento político. O convite aos participantes ocorreu por contato direto, presencial ou por meio de aplicativos de mensagens. Em respeito à decisão dos entrevistados, não foram autorizadas gravações em áudio ou imagem; assim, os relatos foram registrados de forma descritiva e indireta, a partir de anotações de campo. Todas as informações foram tratadas de maneira anônima e confidencial, em conformidade com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece parâmetros éticos para pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. O critério de encerramento das entrevistas foi a saturação teórica, alcançada quando

novos depoimentos passaram a reiterar padrões discursivos já identificados, sem acréscimo analítico relevante.

O processo de análise fundamentou-se na triangulação entre as três etapas metodológicas — revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas — o que fortaleceu a validade interna e a consistência interpretativa da pesquisa. Esse cruzamento de fontes possibilitou mapear a presença das fake news no processo eleitoral de Santa Luzia–PB, compreender os mecanismos de sua circulação, os sentidos atribuídos pelos atores locais e os efeitos simbólicos produzidos no debate político. Dessa forma, a metodologia buscou não apenas descrever o fenômeno, mas oferecer uma interpretação crítica e contextualizada de suas implicações socioculturais e democráticas.

5. Análise de Dados

A análise dos dados coletados revelou que a circulação de *fake news* (desinformação) nas eleições municipais de 2024 em Santa Luzia–PB apresentou contornos específicos, sustentados simultaneamente pelas redes comunitárias e pela lógica da comunicação digital.

227

A interpretação dos materiais documentais, associada às entrevistas realizadas, permitiu identificar quatro eixos centrais: (1) a personalização dos ataques, com destaque para o uso de *deepfakes*; (2) a circulação de conteúdos em redes de confiança interpessoal; (3) a invisibilidade e fragmentação das respostas institucionais e políticas; e (4) as percepções ambíguas dos eleitores em relação à veracidade das informações. Cada um desses eixos evidencia, de modo particular, a capacidade da desinformação de adaptar-se às dinâmicas locais e de interferir diretamente na configuração da esfera pública municipal.

6. Personalização dos ataques e uso de *Deepfakes*

Os conteúdos falsos disseminados nas redes sociais digitais, sobretudo no Instagram, concentraram-se em ataques direcionados ao candidato Henry Lira. Perfis anônimos, como @henryquecheira e @santaluziaverdades, foram criados especificamente para desacreditar sua imagem, valendo-se de memes, montagens e vídeos manipulados. Um dos episódios de maior repercussão envolveu a circulação de

um vídeo *deepfake* que ridicularizava o candidato, alcançando rapidamente centenas de compartilhamentos. A imprensa local registrou o caso, destacando que a Justiça Eleitoral determinou a remoção dos perfis falsos e encaminhou as investigações à Polícia Federal (Polêmica Paraíba, 2024). Esse episódio confirma empiricamente a análise de Gomes (2021), segundo a qual a política da pós-verdade opera pela centralidade das narrativas emocionais — ainda que falsas — sobre os fatos verificáveis.

7. Circulação em redes de confiança

As entrevistas evidenciaram que a maior parte das mensagens falsas circulou em grupos de WhatsApp vinculados a famílias, bairros e associações locais. Diversos participantes relataram que, ao receberem conteúdos encaminhados por parentes ou vizinhos, não questionaram sua veracidade em razão da confiança interpessoal estabelecida nessas redes.

Como sintetizou uma entrevistada: *“Quando recebi no grupo da família, nem pensei em verificar se era verdade, porque foi meu irmão quem mandou, e eu confio nele”* (Entrevistada anônima, 52 anos). Esse depoimento corrobora a análise de RECUERO (2020), segundo a qual a desinformação se legitima menos pela credibilidade intrínseca do conteúdo e mais pela legitimidade atribuída a quem a compartilha. Nesse sentido, o WhatsApp operou como uma extensão digital das tradicionais conversas de calçada, reforçando a ideia de que, em contextos locais, a credibilidade está profundamente associada à confiança relacional (Gohn, 2009; Alonso, 2017).

228

8. Invisibilidade e fragmentação da resposta

Outro aspecto relevante observado foi a dificuldade dos candidatos em responder às *fake news*. Como as mensagens circulavam em grupos privados de WhatsApp, de difícil monitoramento e acesso, a reação institucional mostrou-se fragmentada e limitada. Um dos entrevistados, candidato local, relatou: *“Eu sabia que estavam falando mentiras sobre mim nos grupos, mas não tinha como saber em quais circulavam, nem como responder”* (Entrevistado anônimo, candidato).

Essa dinâmica confirma o que Wardle; Derakhshan (2017) denominam “desordem informacional”: enquanto a mentira se propaga com rapidez, a resposta legítima enfrenta barreiras estruturais para alcançar o mesmo público. A fragmentação

do espaço digital configura, assim, um campo assimétrico de disputa, no qual a narrativa falsa tende a se consolidar antes de qualquer tentativa de contestação.

9. Percepções ambíguas dos eleitores

As entrevistas também revelaram percepções ambíguas em relação às mensagens falsas. Muitos participantes afirmaram não ter acreditado plenamente nos conteúdos, mas reconheceram que os boatos despertaram dúvida ou desconfiança. Um depoimento ilustra esse sentimento: *“Eu sabia que podia ser mentira, mas fiquei com a pulga atrás da orelha”* (Entrevistado anônimo, 34 anos). Esse achado corrobora a análise de Singer e Friedman (2014), segundo a qual a desinformação não precisa ser integralmente aceita para cumprir sua função política: basta semear incerteza e corroer a confiança pública.

Nesse sentido, a estratégia da desinformação opera menos pela imposição de uma verdade alternativa e mais pela introdução sistemática da dúvida, o que fragiliza a credibilidade das instituições e dos atores políticos. Trata-se de uma lógica semelhante à observada em outros contextos eleitorais, em que campanhas de desinformação não buscam necessariamente convencer, mas desestabilizar — criando ruídos, alimentando suspeitas e deslocando o debate público do campo programático para o campo da suspeita. Assim, mesmo quando rejeitadas, as mensagens falsas cumprem seu papel ao desorganizar a deliberação democrática e minar a confiança mútua entre cidadãos e representantes.

229

10. Discussão

Os resultados obtidos em Santa Luzia–PB evidenciam que a desinformação eleitoral não é um fenômeno periférico, mas ocupa posição central na disputa política local. O estudo demonstrou que as *fakes news* circularam em redes comunitárias e digitais, assumindo formatos adaptados ao repertório cultural da cidade. Tal constatação reforça a ideia de que a desinformação não deve ser compreendida apenas como um problema técnico, mas como uma prática enraizada nas dinâmicas socioculturais do território.

Essa evidência dialoga diretamente com a concepção habermasiana de esfera pública (Habermas, 1984), ao mesmo tempo em que a problematiza. Se, para Habermas,

a esfera pública deveria ser orientada pela racionalidade comunicativa, a realidade empírica de Santa Luzia–PB confirma as críticas de Fraser (1992), que apontam sua fragmentação em múltiplos circuitos comunicacionais. As *fakes news* circularam intensamente em grupos privados de WhatsApp e em perfis falsos no Instagram, configurando espaços paralelos ao debate institucional e de difícil acesso para contestação. Nesses circuitos, o afeto e o pertencimento sobrepõem-se à racionalidade, evidenciando que as experiências locais estruturam esferas próprias de deliberação.

A análise também reforça a noção de pós-verdade desenvolvida por Gomes (2021). Em Santa Luzia–PB, a eficácia das mensagens falsas não esteve vinculada à comprovação factual, mas à sua capacidade de mobilizar emoções como desconfiança, deboche e indignação. Esse processo foi intensificado pela lógica da sociedade em rede descrita por Castells (2013), na qual os fluxos informacionais se disseminam de maneira veloz e descentralizada, inviabilizando respostas proporcionais por parte dos candidatos atingidos.

Outro ponto central refere-se à relação entre desinformação e redes de confiança. Os depoimentos dos entrevistados confirmaram a análise de Recuero (2020): em ambientes digitais, a credibilidade de uma mensagem depende mais da legitimidade atribuída a quem a compartilha do que de sua veracidade. No caso de Santa Luzia–PB, familiares, vizinhos e líderes comunitários atuaram como validadores de conteúdos falsos, atribuindo-lhes legitimidade simbólica. Esse fenômeno revela que a desinformação não circula em um vácuo, mas se apoia em laços interpessoais que a fortalecem.

A micropolítica, tal como elaborada por Scott (1985), mostrou-se igualmente essencial para compreender o fenômeno. O estudo evidenciou que as *fakes news* não permaneceram restritas ao ambiente digital, mas se converteram em pautas de conversas presenciais em feiras, praças e encontros comunitários. Esse movimento ilustra como mensagens digitais se transformam em narrativas socialmente aceitas no cotidiano, redefinindo disputas e relações de poder simbólico. Thompson (1998) já havia destacado que a comunicação mediada reconfigura essas relações, e o caso de Santa Luzia–PB confirma empiricamente essa perspectiva.

Além disso, a pesquisa revelou a assimetria estrutural entre a velocidade da circulação da desinformação e a lentidão das respostas institucionais. Como alertam Wardle; Derakhshan (2017), nesse ecossistema a mentira sempre se propaga mais rápido que a checagem ou a correção. Em Santa Luzia–PB, candidatos relataram grande dificuldade em reagir aos boatos que circulavam em grupos privados de WhatsApp, o que reforça o caráter desigual dessa disputa informacional.

Outro achado relevante diz respeito à ambiguidade das percepções eleitorais. Mesmo quando os entrevistados não acreditaram integralmente nas mensagens falsas, muitos admitiram que elas geraram dúvida ou desconfiança. Essa constatação confirma a análise de Singer e Friedman (2014), segundo a qual a desinformação cumpre sua função não apenas quando é plenamente acreditada, mas também quando semeia incerteza e corrói a confiança pública. Tal corrosão simbólica afeta diretamente a qualidade da democracia local, na medida em que compromete a legitimidade do processo eleitoral.

Em síntese, os resultados demonstram que a desinformação em Santa Luzia–PB confirma tendências globais — como a centralidade das emoções e a fragmentação da esfera pública —, mas também evidencia especificidades locais, como a força das redes de confiança e da micropolítica comunitária. Essa combinação torna o enfrentamento às *fake news* particularmente desafiador, pois exige não apenas regulação técnica das plataformas, mas também estratégias de educação midiática e o fortalecimento de lideranças locais comprometidas com a circulação de informações confiáveis.

Considerações Finais

Este estudo buscou compreender como as *fakes news* (desinformação) impactaram a campanha eleitoral de 2024 em Santa Luzia–PB, oferecendo um olhar detalhado sobre os efeitos desse fenômeno em um município de pequeno porte. A análise revelou que, embora a desinformação seja um fenômeno global, sua operacionalização se adapta às condições locais, explorando vínculos afetivos, redes comunitárias e repertórios culturais específicos do território.

Foram identificados quatro eixos centrais: (1) a personalização dos ataques; (2) a circulação em redes de confiança; (3) a invisibilidade das respostas; e (4) a

ambiguidade das percepções eleitorais. Esses elementos compõem um ecossistema de desinformação que não apenas atinge reputações individuais, mas também fragiliza a esfera pública e compromete a qualidade da deliberação democrática.

Do ponto de vista teórico, os resultados reforçam a pertinência das críticas de Fraser (1992) à noção de esfera pública habermasiana, demonstram a atualidade da ideia de pós-verdade (Gomes, 2021) e confirmam a relevância da micropolítica proposta por Scott (1985) como chave interpretativa. Do ponto de vista empírico, o caso de Santa Luzia–PB evidenciou, inclusive com registros em fontes jornalísticas (Polêmica Paraíba, 2024; Poder Paraíba, 2024), que a desinformação se materializou tanto por meio de perfis falsos no Instagram quanto pela circulação em grupos de WhatsApp, adquirindo legitimidade ao se inserir nas redes de confiança interpessoal.

As contribuições deste estudo são duplas. Em primeiro lugar, oferece evidências sobre as especificidades da circulação de *fake news* em cidades pequenas, onde a oralidade, a proximidade social e a legitimidade comunitária exercem papel estruturante. Em segundo lugar, apresenta subsídios práticos para o enfrentamento da desinformação em contextos locais, ressaltando a necessidade de investir em educação midiática, fortalecer lideranças comunitárias comprometidas com a informação confiável e criar canais públicos de comunicação adaptados às realidades interioranas.

É necessário reconhecer, contudo, algumas limitações. A análise concentrou-se em um único município, o que restringe a possibilidade de generalização dos resultados. Ademais, por se tratar de mensagens circulando em grupos privados de WhatsApp, parte significativa do material não pôde ser acessada diretamente, o que limita a abrangência da análise documental. Ainda assim, a triangulação entre dados documentais, entrevistas e fundamentação teórica conferiu consistência e robustez às conclusões.

Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar o escopo comparativo, envolvendo cidades de diferentes portes e regiões, investigar o papel das instituições locais na contenção da desinformação e examinar as formas de resistência desenvolvidas pelos próprios eleitores. Tais caminhos podem aprofundar a

compreensão sobre como a desinformação se articula nas democracias locais e contribuir para a formulação de estratégias mais eficazes de enfrentamento.

Referências

ALONSO, Angela. **Jovens, política e redes sociais**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FRASER, Nancy. Repensando a esfera pública: uma contribuição à crítica da democracia realmente existente. In: SILVA, Luiz Sérgio (org.). **O debate modernidade/pós-modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 231–256.

GOHN, Maria da Glória. **Comunicação popular e redes locais**. São Paulo: Cortez, 2009.

GOMES, Wilson. **Fake news: a política da pós-verdade**. São Paulo: Contexto, 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PARISER, Eli. **The filter bubble: what the internet is hiding from you**. Nova York: Penguin Press, 2011.

POLÊMICA PARAÍBA. Justiça Eleitoral identifica autores de perfis anônimos que praticavam supostos ataques ao candidato Henry Lira. 16 set. 2024. Disponível em: <https://www.polemicaparaiba.com.br/politica/santa-luzia-justica-eleitoral-identifica-autores-de-perfis-anonimos-que-praticavam-supostos-ataques-ao-candidato-henry-lira/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PODER PARAÍBA. Justiça Eleitoral identifica usuários e aciona Polícia Federal para investigar autores de perfis anônimos com ataques ao candidato Henry Lira, de Santa Luzia. 15 set. 2024. Disponível em: <https://poderparaiba.com.br/justica-eleitoral-identifica-usuarios-e-aciona-policia-federal-para-investigar-autores-de-perfis-anonimos-com-ataques-ao-candidato-henry-lira-de-santa-luzia/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RECUERO, Raquel. **Desinformação na rede**. Niterói: Eduff, 2020.

SCOTT, James C. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.

SINGER, Jane B.; FRIEDMAN, Barbara. Participatory journalism and credibility: challenging the mainstream. **Journalism Studies**, London, v. 15, n. 3, p. 395–410, 2014. DOI: 10.1080/1461670X.2013.821471.

TADDEO, Mariarosaria; FLORIDI, Luciano. How AI can be a force for good. **Science**, Washington, v. 361, n. 6404, p. 751–752, 2018. DOI: 10.1126/science.aau9814.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policymaking**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.